



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Bom Jesus do Tocantins



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Bom Jesus do Tocantins (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



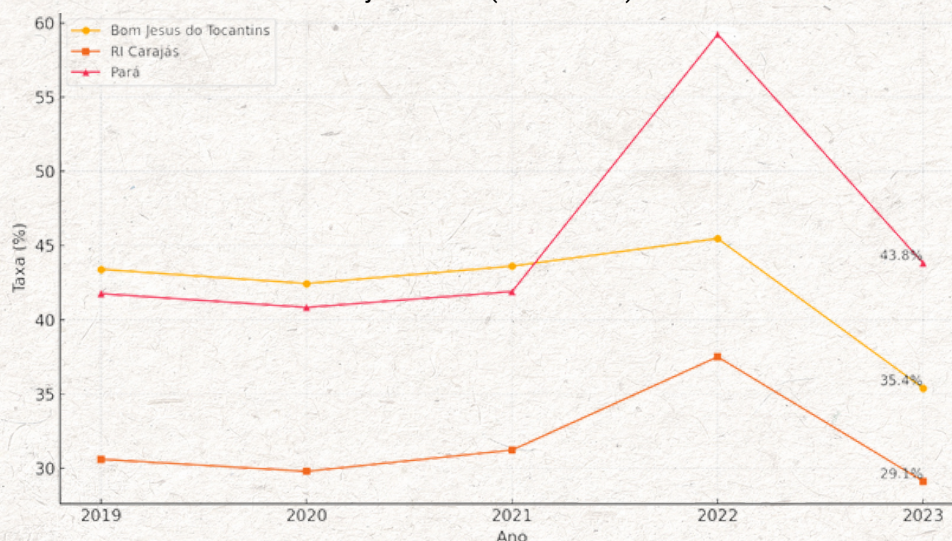
Evolução da Taxa de Pobreza

Em Bom Jesus do Tocantins, a taxa de pobreza apresentou relativa estabilidade de 2019 a 2021, variando de 43,3% em 2019 para 43,9% em 2021. Em 2022, houve um aumento significativo para 45,4%, seguido de uma queda expressiva para 35,4% em 2023. Na Região de Integração de Carajás, o comportamento foi semelhante, saindo de 30,6% em 2019 para um pico de 37,5% em 2022, e recuando para 29,1% em 2023. Já o estado do Pará teve uma elevação acentuada em 2022, atingindo 59,6%, seguida por redução a 43,8% em

2023, ainda acima dos níveis anteriores (Gráfico 1).

Esses dados indicam um agravamento da pobreza em 2022 em todas as esferas analisadas, com posterior melhora em 2023. O pico observado em 2022 pode estar relacionado a efeitos socioeconômicos residuais da pandemia e inflação. A queda em 2023, mais acentuada em Bom Jesus e na RI Carajás, sugere uma recuperação regional mais intensa do que no estado como um todo (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

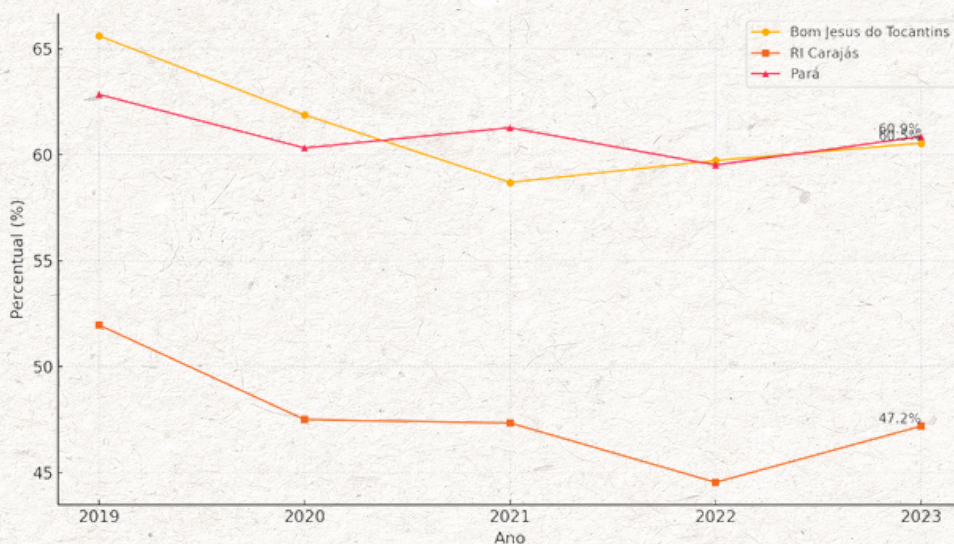
Em Bom Jesus do Tocantins, o percentual de despesas com serviços essenciais caiu de 65,5% em 2019 para 58,8% em 2021, mantendo-se próximo de 59,7% em 2022 e subindo para 60,5% em 2023. A RI Carajás iniciou em 52,0% em 2019, declinou para 47,2% em 2020 e 2021, atingiu o menor valor em 2022 (44,6%) e se recuperou para 47,2% em 2023. O Pará manteve certa estabilidade, com pequenas oscilações entre 62,8% em

2019 e 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

O município manteve patamar superior de alocação de recursos essenciais em relação à RI e ao estado, mesmo com a queda até 2021. A elevação em 2023 sugere um possível realinhamento das prioridades fiscais locais. Já a RI Carajás teve desempenho inferior ao do estado em todo o período, o que pode refletir desequilíbrios estruturais na distribuição de recursos públicos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

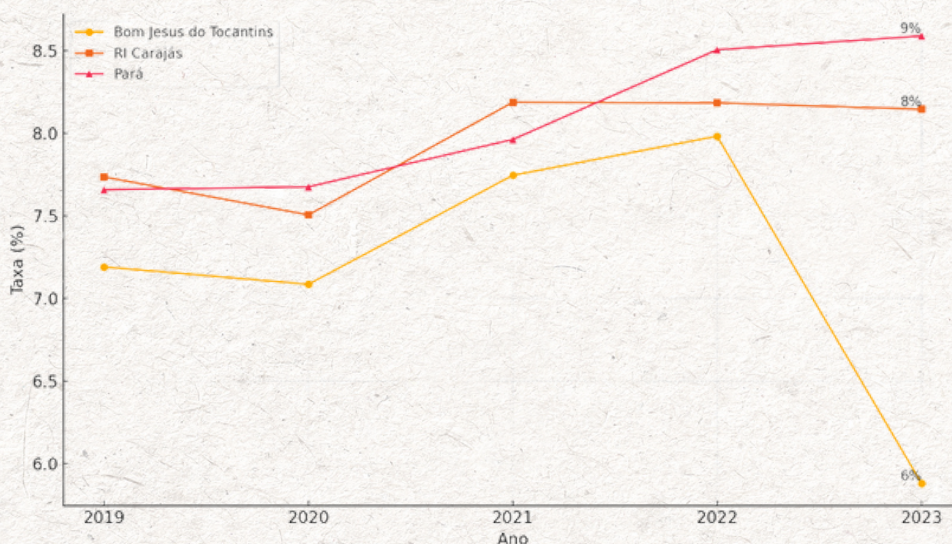
Em Bom Jesus do Tocantins, a taxa de crianças com baixo peso ao nascer manteve-se relativamente estável entre 2019 (7,2%) e 2022 (8,0%), com um crescimento gradual, seguido por queda acentuada para 6,0% em 2023. Na RI Carajás, o índice foi de 7,7% em 2019 para 8,2% entre 2021 e 2022, encerrando 2023 com 8,0%. O estado do Pará apresentou tendência de aumento contínuo, de 7,6% em 2019 para

9,0% em 2022 e 9,1% em 2023 (Gráfico 3).

A queda expressiva em 2023 em Bom Jesus do Tocantins contrasta com a estabilidade ou alta nas demais esferas, podendo indicar avanços locais em políticas de atenção materno-infantil. A persistente elevação estadual exige atenção, dado que o baixo peso ao nascer é um indicador sensível de saúde neonatal e vulnerabilidade social (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

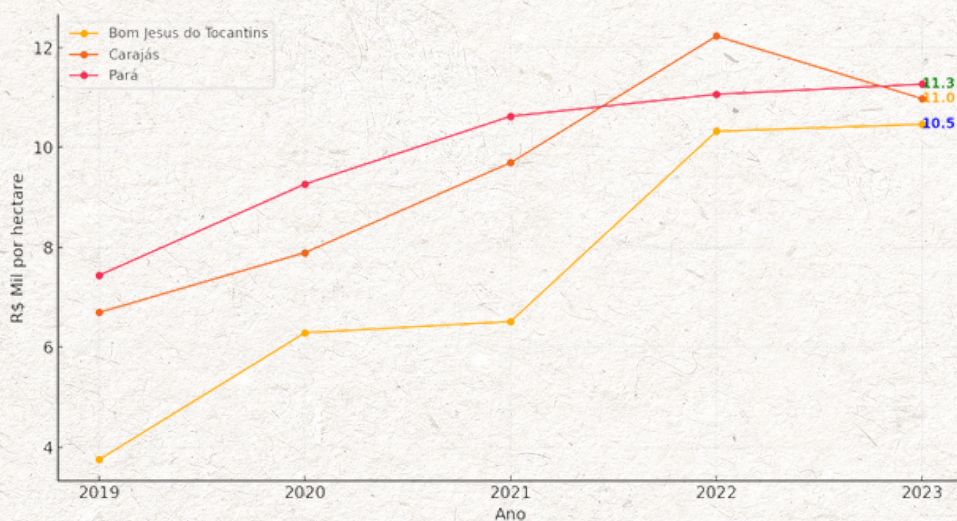
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Bom Jesus do Tocantins registrou crescimento expressivo na produtividade agrícola, saindo de R\$ 3,7 mil/ha em 2019 para R\$ 10,5 mil/ha em 2023, com forte avanço entre 2021 e 2022. A RI Carajás partiu de R\$ 6,7 mil/ha em 2019, alcançando o pico de R\$ 12,2 mil/ha em 2022 e recuando para R\$ 10,5 mil/ha em 2023. O estado do Pará também evoluiu, de R\$ 7,5 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023 (Gráfico 4).

O desempenho de Bom Jesus mostra um avanço contínuo, aproximando-se da média estadual. Apesar de ainda registrar valor ligeiramente inferior ao do Pará e da RI, o crescimento percentual foi mais expressivo no município. A trajetória sugere maior eficiência agrícola local, possivelmente atrelada à mecanização, melhorias técnicas ou expansão de culturas de maior valor agregado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

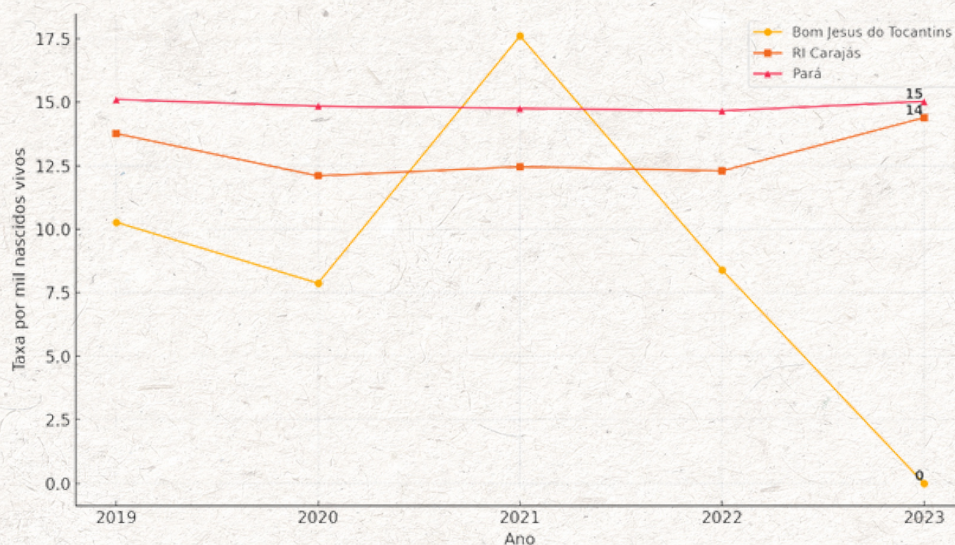
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Bom Jesus do Tocantins, a taxa de mortalidade infantil apresentou queda de 10,3% em 2019 para 7,9% em 2020, mas sofreu um forte aumento em 2021, atingindo 17,6%. Esse valor foi reduzido novamente para 8,5 % em 2022 e caiu drasticamente para 0,1 % em 2023, um dado que pode indicar inconsistência estatística ou subnotificação. Na Região de Integração de Carajás, oscilou de 13,8% em 2019 para 12,3% em 2022, fechando em 14,0 % em 2023. Já o estado do Pará manteve-se estável ao longo do período, variando levemente de 15,1% em 2019 para 14,9% em 2023 (Gráfico 5).

A estabilidade da taxa estadual contrasta com a elevada variação no município de Bom Jesus, onde o pico em 2021 e a queda abrupta em 2023 sugerem volatilidade local ou problemas na coleta de dados. A RI Carajás apresenta tendência de estabilização, embora seus índices sejam constantemente inferiores aos estaduais, o que pode refletir condições regionais um pouco mais favoráveis em termos de atenção básica à saúde neonatal (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta foi alcançada.

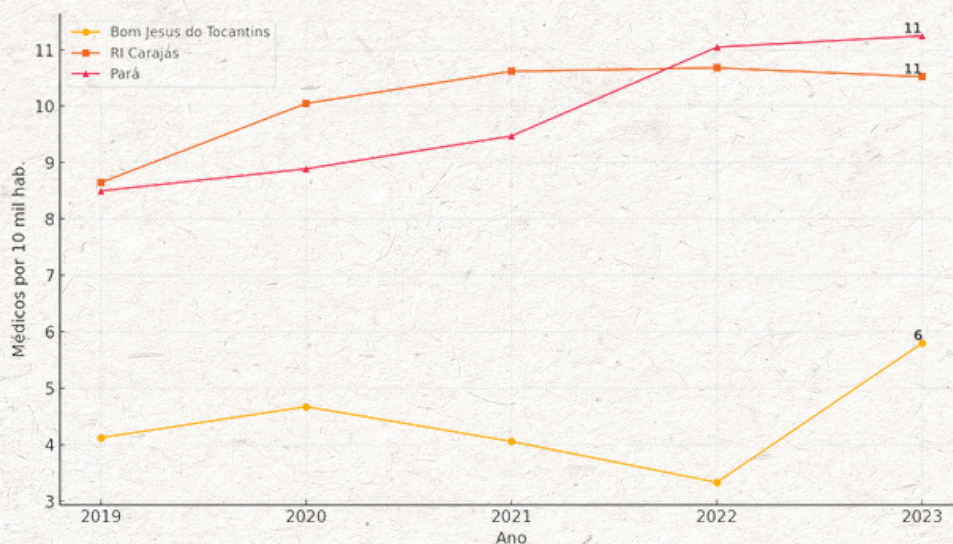
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Bom Jesus do Tocantins apresentou crescimento moderado no número de médicos por 10 mil habitantes, passando de 4,1 em 2019 para 6,0 em 2023. O índice oscilou entre 4,1 e 4,7 até 2021, sofreu queda em 2022 (3,3) e teve aumento relevante no último ano analisado. A RI Carajás partiu de 8,7 médicos/10 mil hab. em 2019 e alcançou 11,0 em 2023, mantendo estabilidade entre 2021 e 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo: de 8,5 médicos/10 mil hab. em 2019 para 11,3 em 2023 (Gráfico 6).

O município de Bom Jesus do Tocantins continua com disponibilidade médica inferior aos níveis regionais e estaduais, embora o crescimento observado em 2023 represente um avanço significativo. A RI Carajás e o estado do Pará convergiram para patamares equivalentes em 2023 (11,0 e 11,3, respectivamente), refletindo uma expansão contínua da força médica, possivelmente impulsionada por políticas públicas de interiorização ou ampliação de concursos na área da saúde (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Bom Jesus do Tocantins apresentou uma leve elevação entre 2019 e 2021, de 213 para 218 vagas por mil habitantes, seguida de queda acentuada nos anos seguintes: 198 em 2022 e 185 em 2023. A RI Carajás manteve estabilidade entre 2019 (238) e 2021 (237), mas caiu para 219 em 2022 e chegou a 197 em 2023. O estado do Pará iniciou com 211 vagas/mil hab. em 2019, caiu para 207 em 2020, teve leve recuperação e fechou 2023 com 198 vagas/mil hab. (Gráfico 7).

A retração na oferta de vagas educacionais no período recente sugere possível redução de investimentos ou reestruturação de redes escolares, especialmente no município, que apresentou a queda mais acentuada entre 2021 e 2023. A tendência de declínio também foi observada nos demais níveis, o que pode indicar uma dinâmica comum no estado do Pará, possivelmente relacionada à diminuição da população em idade escolar ou à reorganização da oferta pública de ensino (Gráfico 7).

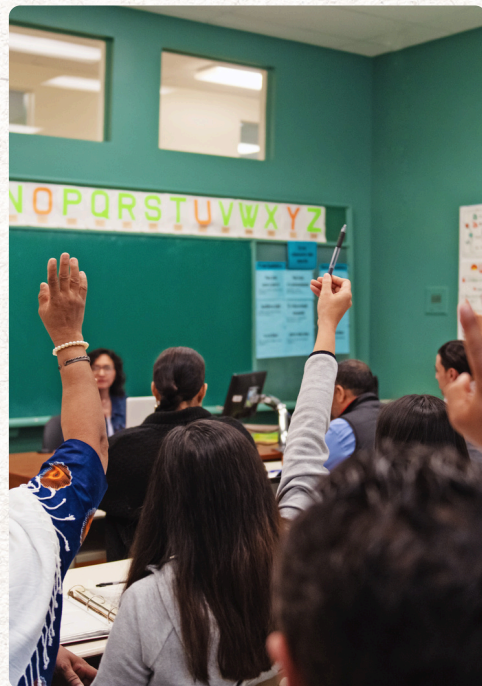
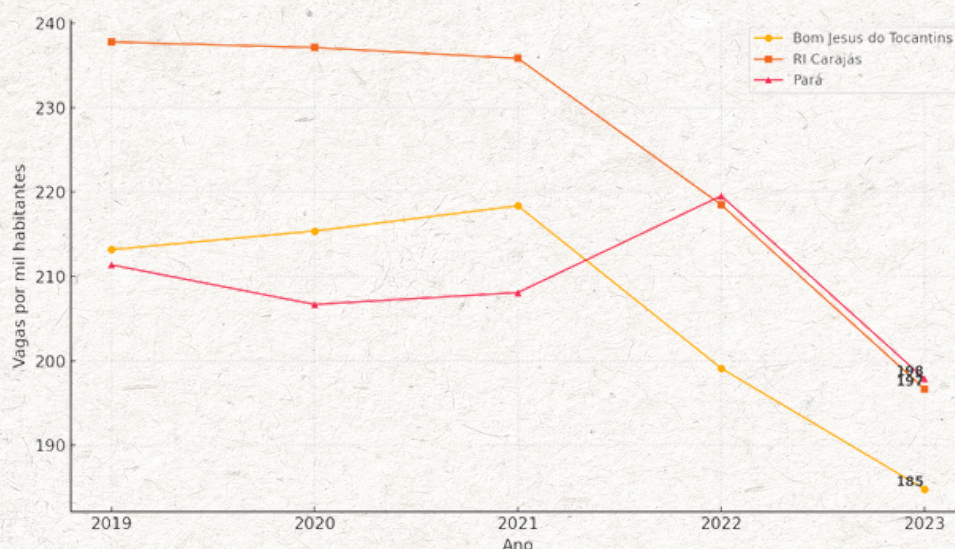


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 185 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

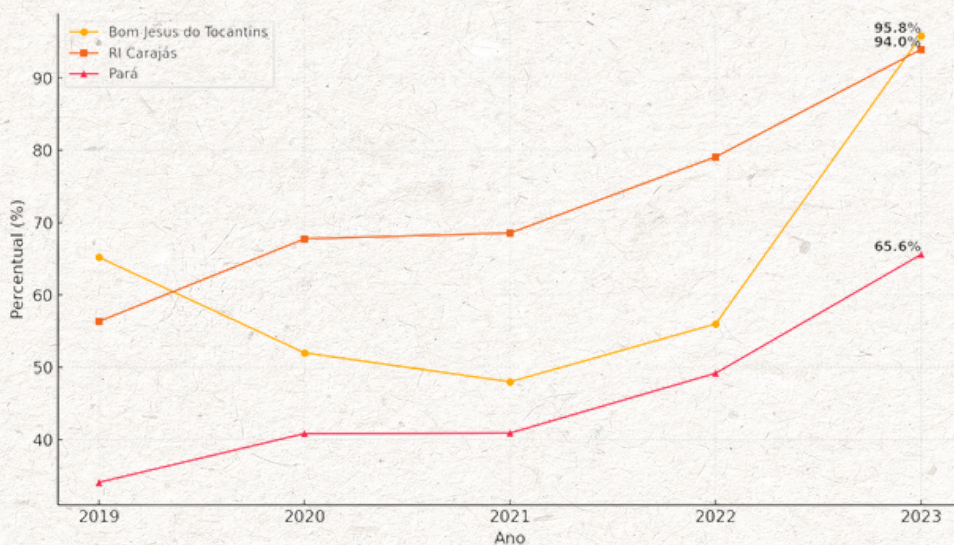
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Bom Jesus do Tocantins, o percentual de escolas com acesso à internet caiu de 65,4% em 2019 para 47,9% em 2021, mas voltou a crescer fortemente nos dois anos seguintes, atingindo 95,8% em 2023. A RI Carajás apresentou crescimento contínuo: de 56,4% em 2019 para 94,0% em 2023. O estado do Pará partiu de 34,4% em 2019 e teve expansão progressiva até alcançar 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

O desempenho mais expressivo da RI Carajás e de Bom Jesus nos últimos dois anos indica esforços de digitalização do ensino, possivelmente relacionados à experiência da pandemia, que exigiu maior conectividade escolar. O estado do Pará como um todo avançou, mas ainda está consideravelmente abaixo da média da RI e do município, apontando para desigualdades de infraestrutura digital entre diferentes regiões do estado (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

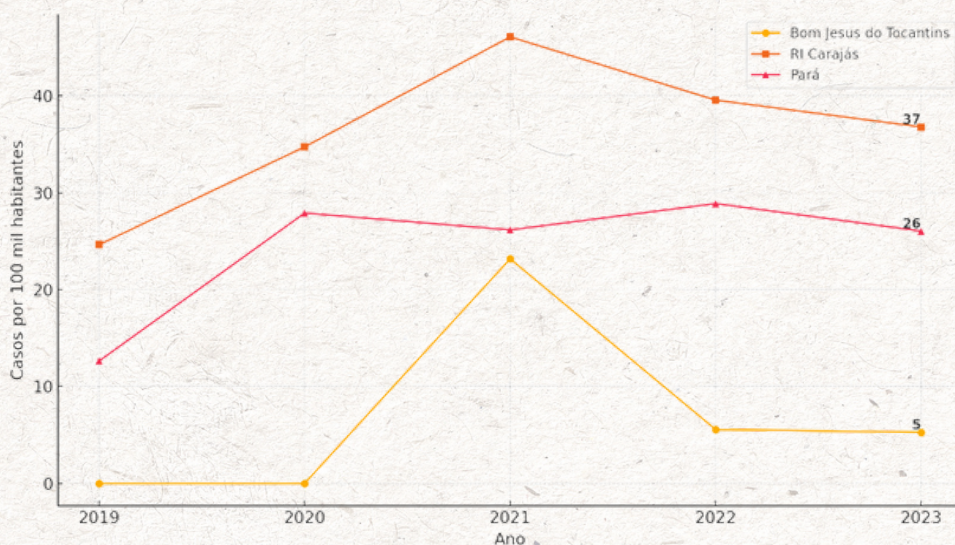


Em Bom Jesus do Tocantins, os casos de violência contra a mulher por parceiros registraram 0 ocorrências entre 2019 e 2020, subindo para 23 em 2021, e recuando para 5 em 2022 e 2023. Essa variação acentuada pode indicar instabilidades na notificação e registro, ou ações pontuais de enfrentamento em anos específicos. Já a RI Carajás mostrou uma tendência mais estável, com aumento de 25 casos em 2019 para um pico de 45 em 2021, seguido de leve redução para 39 em 2022 e 37 em 2023 (Gráfico 9).



O estado do Pará apresentou crescimento de 13 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 28 em 2020, mantendo estabilidade em torno de 26 a 29 casos até 2023, quando registrou 26. Os dados apontam que o estado e a RI Carajás enfrentam taxas superiores e mais consistentes de violência reportada, enquanto a oscilação extrema em Bom Jesus pode refletir subnotificação ou variações na rede de proteção e denúncia (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

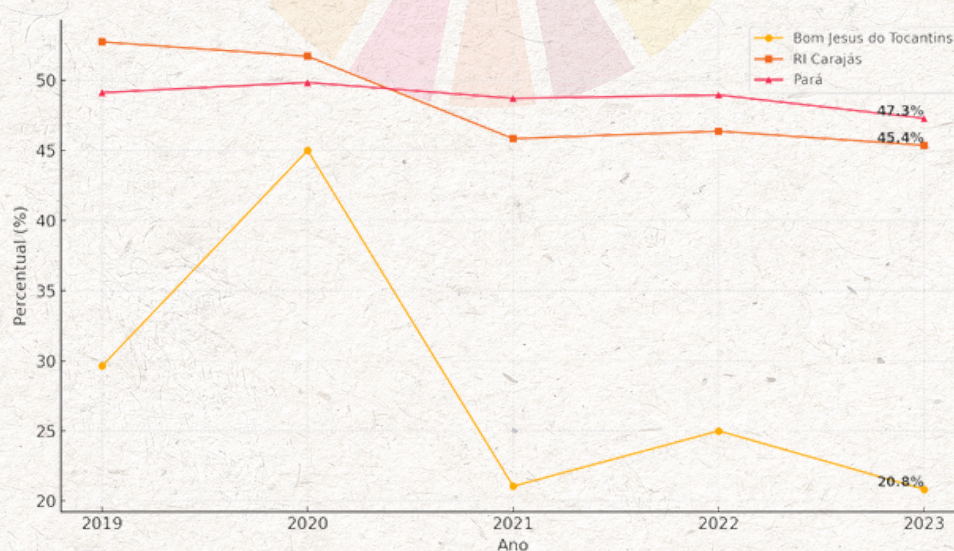
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Bom Jesus do Tocantins, o percentual de mulheres em cargos gerenciais iniciou em 29,8% em 2019 e saltou para 45,1% em 2020, mas caiu drasticamente para 21,1% em 2021. A taxa oscilou levemente nos anos seguintes, atingindo 25,0% em 2022 e recuando novamente para 20,8% em 2023. Já a RI Carajás iniciou em 53,0% em 2019 e apresentou queda gradual ao longo dos anos, fechando 2023 com 45,4% (Gráfico 10).



O estado do Pará manteve relativa estabilidade, saindo de 49,2% em 2019 para 47,3% em 2023. A queda em Bom Jesus após 2020 destaca uma regressão nas oportunidades gerenciais para mulheres no município, enquanto o estado e a RI, apesar de pequenas reduções, mantiveram patamares significativamente superior. Esse cenário indica que os avanços locais na equidade de gênero em posições de liderança não se sustentaram no médio prazo (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

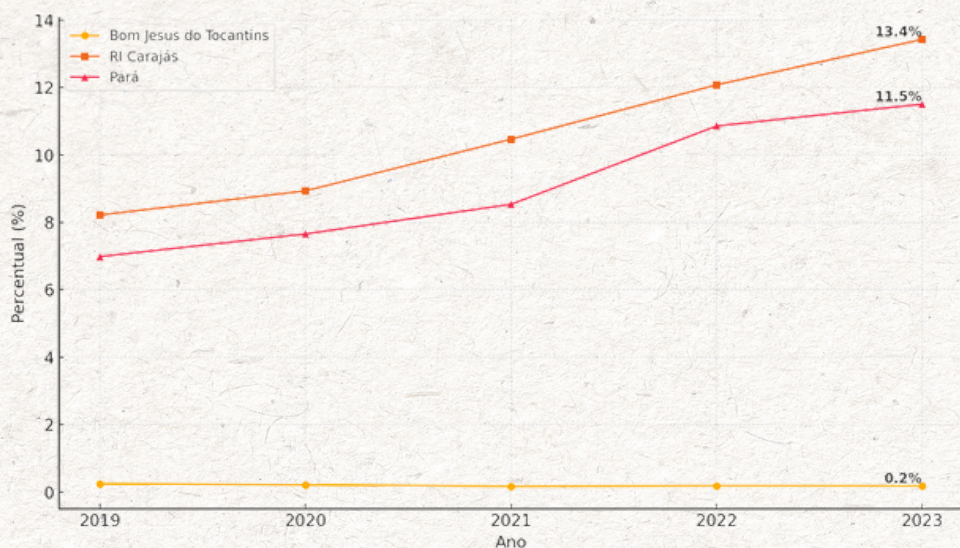
Em Bom Jesus do Tocantins, o acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda permaneceu extremamente baixos ao longo de todo o período, variando apenas de 0,2% em 2019 para 0,2% em 2023, sem qualquer avanço expressivo. Por outro lado, a RI Carajás apresentou crescimento contínuo: de 8,2% em 2019 para 13,4% em 2023, com destaque para o salto entre 2020 (8,9%) e 2022 (12,1%) (Gráfico 11).

O estado do Pará também registrou progressos, saindo de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com um aumento mais expressivo entre 2021 (8,5%) e 2022 (10,9%). A estagnação em Bom Jesus evidencia uma exclusão severa da população de baixa renda em relação ao saneamento básico, contrastando com o avanço progressivo em níveis regional e estadual (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

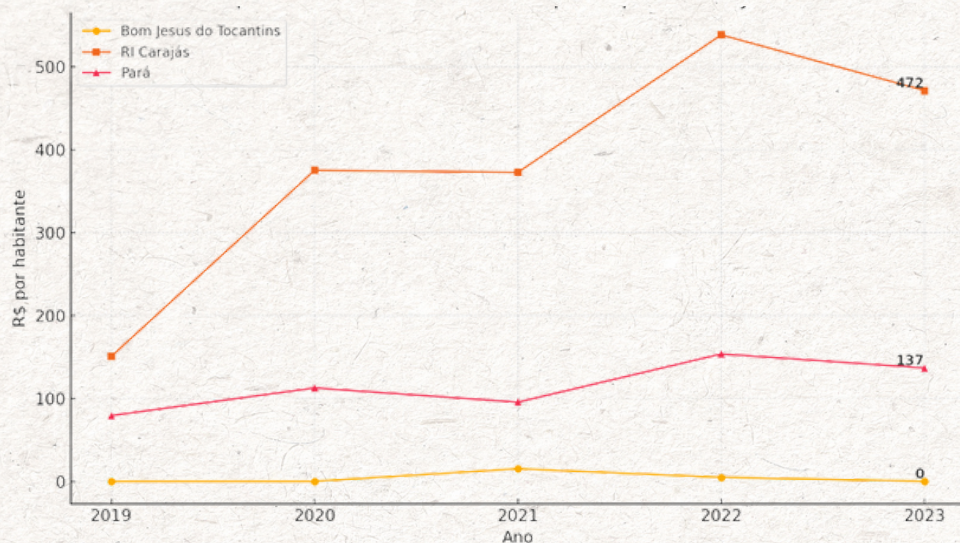
Gasto Municipal com Saneamento per capita

Bom Jesus do Tocantins apresentou níveis extremamente baixos de gasto per capita com saneamento básico ao longo do período analisado. Após zerar os investimentos em 2019 e 2020, houve um pequeno aporte de R\$ 16/hab. em 2021, que foi reduzido para R\$ 7/hab. em 2022 e voltou a R\$ 0 em 2023. Em contraste, a RI Carajás registrou crescimento expressivo: de R\$ 154/hab. em 2019 para um pico de R\$ 537 em 2022, encerrando 2023 em R\$ 472 (Gráfico 12).

O estado do Pará também evoluiu, ainda que em menor escala, de R\$ 81/hab. em 2019 para R\$ 137/hab. em 2023. A ausência praticamente total de investimento em Bom Jesus sugere despriorização crônica do setor, o que está em consonância com os baixos indicadores de coleta de esgoto, refletindo um ciclo persistente de exclusão de infraestrutura essencial à população vulnerável. (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



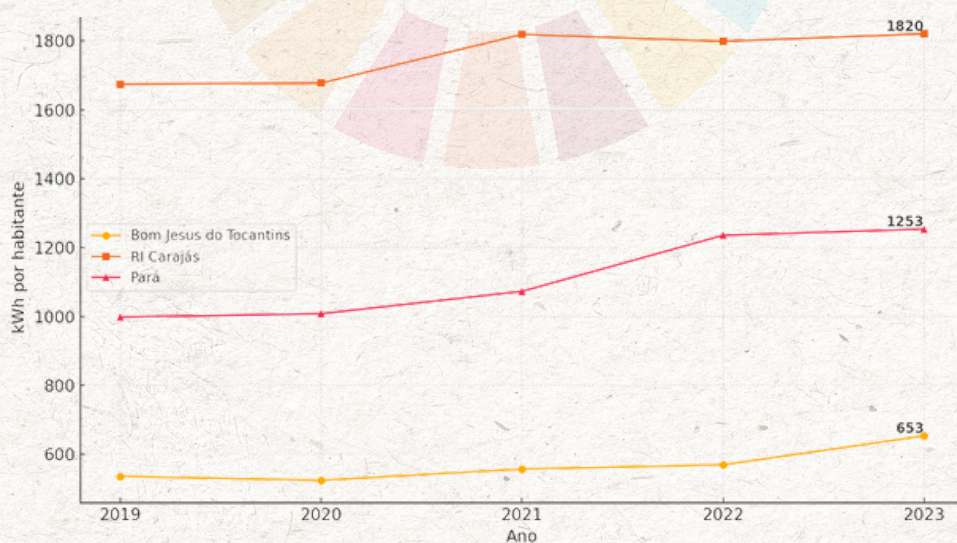
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Bom Jesus do Tocantins, o consumo de energia elétrica per capita começou em 528 kWh/hab. em 2019, manteve-se estável em 2020 (519) e passou a crescer nos anos seguintes, atingindo 555 em 2021, 573 em 2022 e chegando a 653 kWh/hab. em 2023. Apesar do aumento, o município ainda está bem abaixo dos níveis regionais e estaduais. A RI Carajás manteve valores significativamente superior, partindo de 1.675 kWh/hab. em 2019 para 1.820 em 2023. Já o Pará teve evolu-

ção constante de 998 em 2019 para 1.253 em 2023 (Gráfico 13).

O crescimento contínuo no município indica melhoria no acesso à energia e possível aumento de consumo por eletrodomésticos ou serviços, mas ainda revela desigualdade quando comparado à média estadual e da RI. A estabilidade em altos patamares na RI Carajás e a trajetória ascendente do Pará sugerem expansão da infraestrutura elétrica e maior integração energética nas regiões mais populosas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 653 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

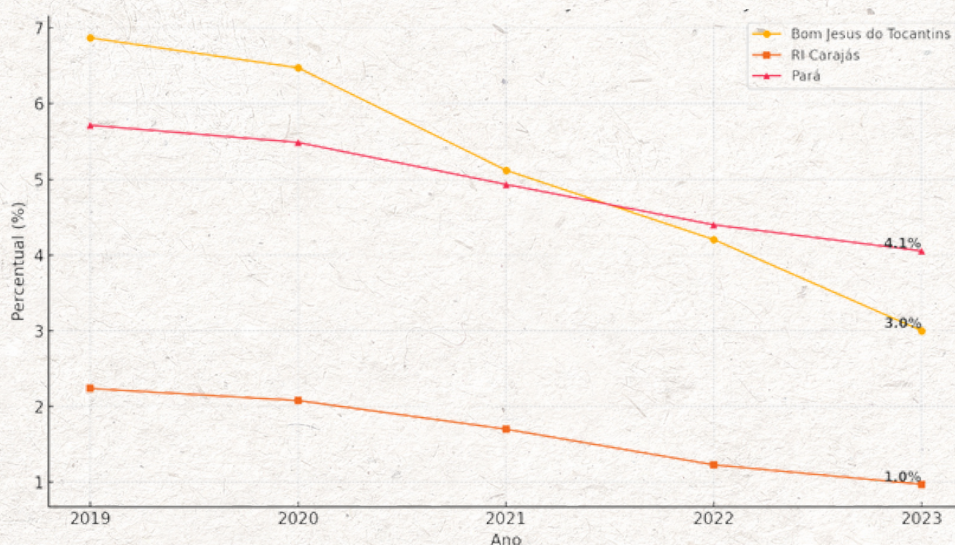
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Bom Jesus do Tocantins iniciou 2019 com 6,9% dos domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil. Esse percentual caiu progressivamente nos anos seguintes: 6,5% (2020), 5,1% (2021), 4,2% (2022) e 3,0% em 2023. A RI Carajás começou com 2,3% em 2019 e apresentou redução constante, alcançando 1,0% em 2023. O estado do Pará seguiu a mesma tendência: de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).

A queda sistemática do uso de fontes fósseis nos domicílios de baixa renda é um sinal positivo de inclusão energética. Mesmo com índices ainda elevados em relação à média estadual e regional, Bom Jesus demonstra avanços significativos no período, com redução de mais da metade desde 2019. A RI Carajás apresenta os menores índices, refletindo maior regularidade no acesso à eletricidade convencional (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

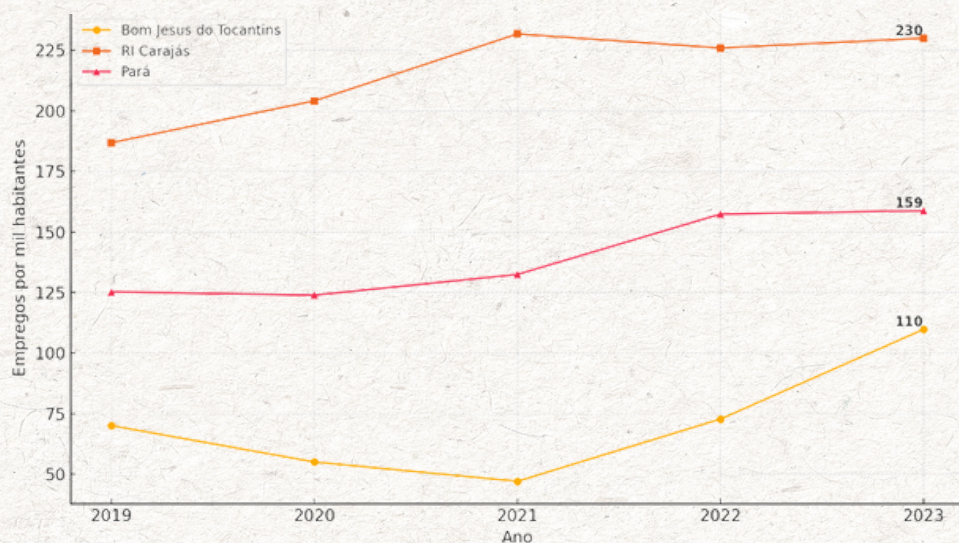


Empregos Formais por Mil Habitantes

O crescimento recente em Bom Jesus é expressivo e pode refletir políticas locais de geração de emprego ou atração de investimentos, embora o município ainda permaneça abaixo das médias regionais. A RI Carajás apresentou maior densidade de empregos formais, com um salto mais estável e sustentado, enquanto o estado do Pará mostrou tendência positiva, mas com ritmo moderado de expansão (Gráfico 15).

Bom Jesus do Tocantins iniciou com 70 empregos formais por mil habitantes em 2019, mas apresentou queda nos dois anos seguintes: 57 em 2020 e 46 em 2021. A partir de então, houve forte recuperação, com 73 empregos por mil hab. em 2022 e 110 em 2023. A RI Carajás manteve desempenho superior ao longo de todo o período, subindo de 186 em 2019 para 230 em 2023. Já o estado do Pará evoluiu de 125 para 159 empregos formais por mil habitantes no mesmo intervalo (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 110 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Em Bom Jesus do Tocantins, o PIB per capita apresentou crescimento modesto no período, passando de R\$ 10.450 em 2018 para R\$ 13.906 em 2022, com avanço mais significativo entre 2020 (R\$ 12.492) e 2021 (R\$ 13.993). Apesar da evolução, o município manteve-se muito abaixo da média estadual e regional. A RI Carajás teve um crescimento notável, saindo de R\$ 51.570 em 2018 para R\$ 149.973 em 2022, mais do que triplicando o valor nesse intervalo. Já o estado do Pará evoluiu de R\$ 19.216 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, mantendo trajetória constante de

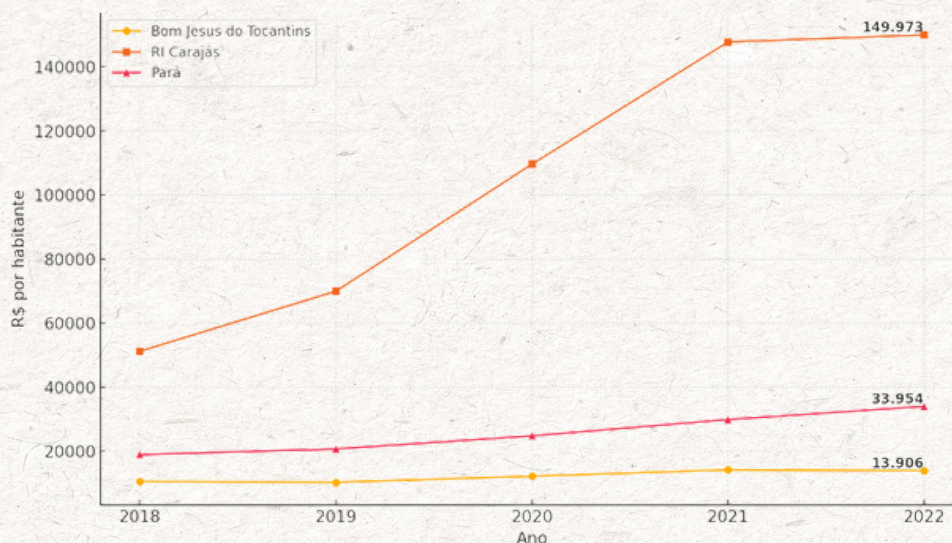


crescimento (Gráfico 16).

O baixo PIB per capita de Bom Jesus revela limitações na geração de riqueza local, contrastando fortemente com a RI Carajás, que apresenta desempenho excepcional — provavelmente impulsionado pelo setor mineral e industrial. O Pará, por sua vez, mostra evolução mais equilibrada e consistente, ainda distante da média regional da RI Carajás, mas muito superior à realidade do município. A disparidade regional é um indicativo claro de concentração econômica setorial (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13.906/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

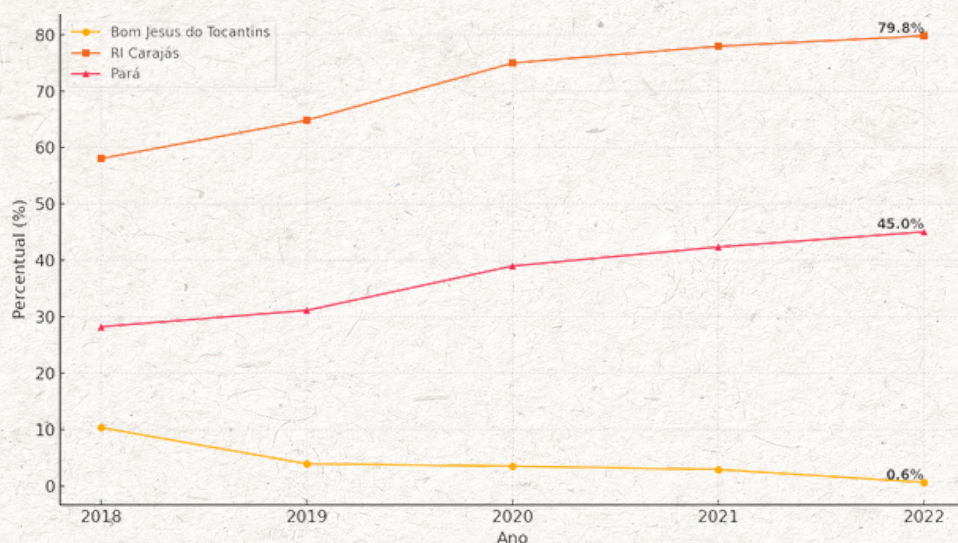


Em Bom Jesus do Tocantins, o valor adicionado da indústria como proporção do PIB caiu fortemente ao longo do período, de 10,0% em 2018 para apenas 0,6% em 2022. A queda mais expressiva ocorreu entre 2018 e 2019, quando o percentual despencou para 4,1%, seguido por retrações graduais até 2022. Já a RI Carajás apresentou trajetória inversa e bastante robusta, crescendo de 58,4% em 2018 para 79,8% em 2022, evidenciando a força industrial da região. O estado do Pará também teve crescimento importante no setor, de 28,0% em 2018 para 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

Essa dinâmica mostra que, enquanto a indústria se fortaleceu significativamente no estado e principalmente na RI Carajás, ela perdeu quase toda relevância na estrutura econômica de Bom Jesus do Tocantins. O esvaziamento industrial do município sugere dependência de outras atividades (possivelmente serviços ou agropecuária), o que pode limitar o potencial de geração de renda e emprego de qualidade. A crescente participação industrial nas demais esferas reforça a centralização produtiva em polos específicos (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Bom Jesus do Tocantins, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes começou em 9,5 em 2019, caiu para 7,7 em 2020, estabilizou-se em 8,0 em 2021 e cresceu para 9,2 em 2022, alcançando 16,0 em 2023. Esse crescimento acentuado no último ano representa um avanço significativo na densidade de profissionais ligados à ciência e tecnologia no município. A

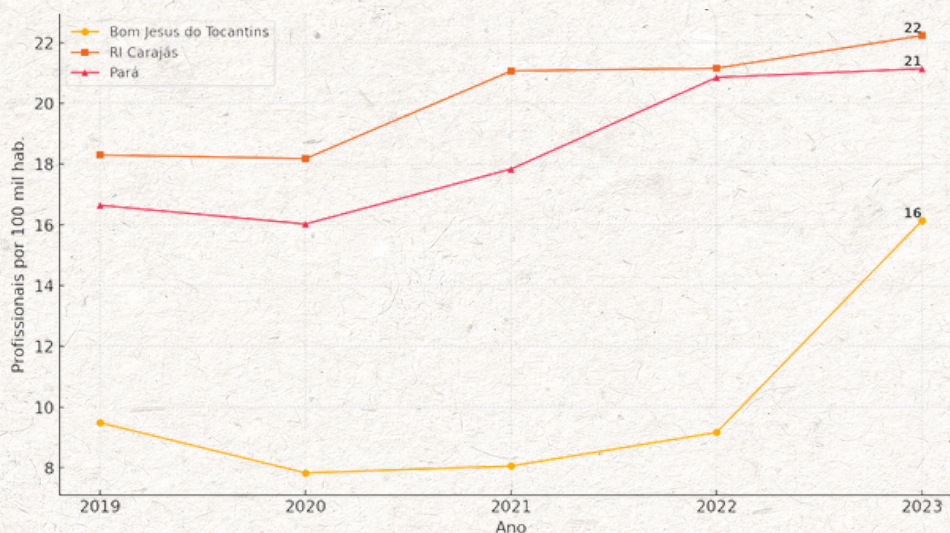


Região de Integração de Carajás manteve patamar mais elevado durante todo o período, partindo de 18,4 em 2019 e chegando a 22,0 em 2023, com crescimento consistente a partir de 2021. O estado do Pará teve evolução de 16,7 para 21,1 no mesmo intervalo (Gráfico 18).

Ainda que Bom Jesus tenha encerrado 2023 com o menor índice entre as três esferas, o aumento recente aproxima o município das médias estadual e regional, o que pode indicar políticas locais de valorização da formação científica ou inserção profissional em áreas técnicas. A RI Carajás permanece como referência no tema, com os melhores indicadores de presença de cientistas por habitante, enquanto o estado do Pará mostra uma tendência de expansão progressiva no número desses profissionais (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



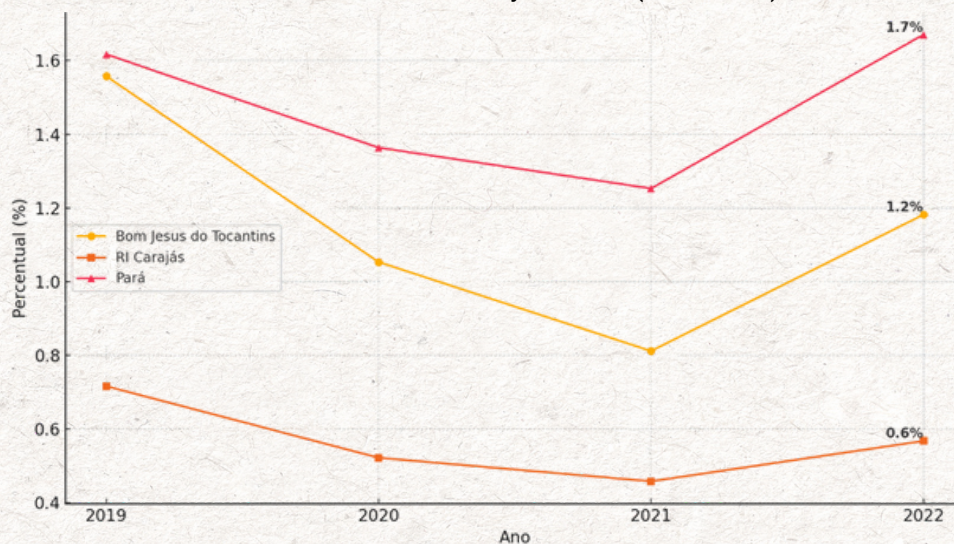
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

A massa salarial dos vínculos formais em Bom Jesus do Tocantins representava 1,55% do PIB em 2019, mas caiu continuamente até atingir 0,82% em 2021, com recuperação parcial para 1,20% em 2022. Essa trajetória indica uma redução relativa da remuneração formal frente à geração de riqueza no município, que pode refletir estagnação nos rendimentos médios ou crescimento do PIB puxado por setores com baixa geração de empregos formais. A RI Carajás apresentou valores sistematicamente inferiores, caindo de 0,72% em 2019 para 0,45% em 2021 e subindo levemente para 0,59% em 2022. Já o estado do Pará iniciou em 1,62% em 2019, caiu até 1,26%

em 2021 e teve recuperação para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

Esses dados indicam que, embora a RI Carajás possua grande representatividade no PIB estadual, ela apresenta baixa participação salarial formal, evidenciando forte concentração de capital em setores pouco intensivos em mão de obra. O estado como um todo apresenta padrão mais equilibrado, enquanto Bom Jesus, apesar da queda acentuada entre 2019 e 2021, teve desempenho superior ao da sua RI, sugerindo uma economia um pouco mais associada ao emprego formal proporcionalmente (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

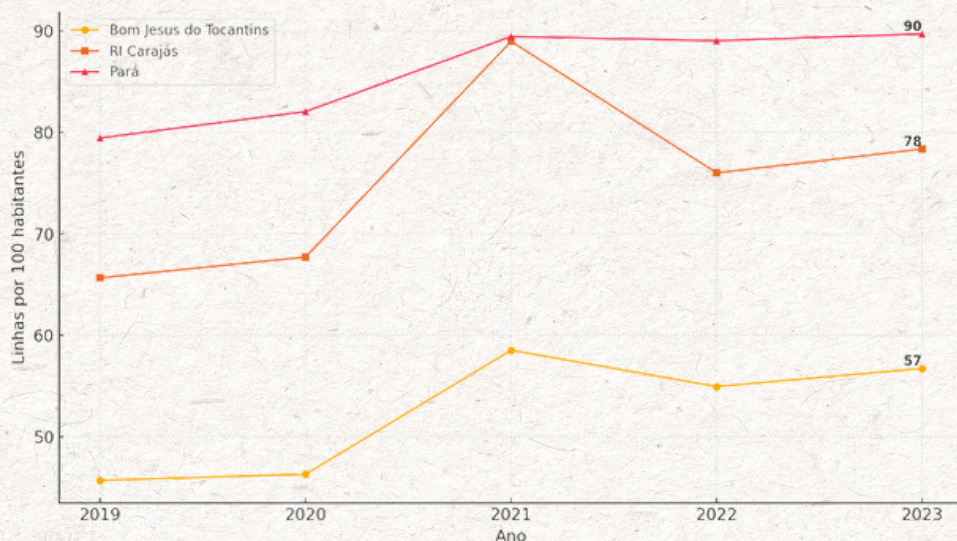
Acesso à Telefonia Móvel

Bom Jesus do Tocantins apresentou crescimento no acesso à telefonia móvel entre 2019 e 2021, saindo de 45,3 para 58,4 linhas por 100 habitantes. Houve leve queda em 2022 (54,8), seguida de nova alta em 2023 (57). A Região de Integração Carajás iniciou em 65,5 linhas em 2019, atingiu pico de 89,5 em 2021 e encerrou 2023 com 78,0, também com variação em formato de pico. O estado do Pará manteve trajetória crescente, de 79,3 em 2019 para 90,0 em 2023 (Gráfico 20).

Embora Bom Jesus ainda apresente os menores índices, o avanço indica melhoria no acesso à conectividade móvel no município, especialmente até 2021. A estabilidade alta no estado do Pará e a recuperação parcial da RI Carajás após 2021 evidenciam um processo de consolidação regional de acesso à comunicação digital, que ainda encontra desigualdades em áreas específicas como Bom Jesus (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

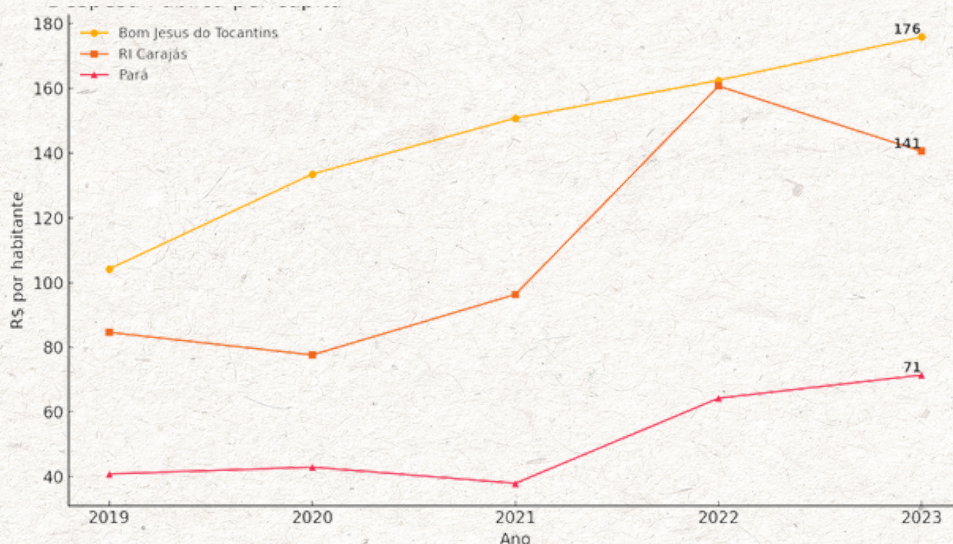
Em Bom Jesus do Tocantins, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental cresceu continuamente de R\$ 105,0 em 2019 para R\$ 176,0 em 2023, com incremento mais expressivo entre 2019 e 2021. A RI Carajás iniciou com R\$ 84,6, teve leve retração em 2020 e alcançou R\$ 162,0 em 2022, antes de recuar para R\$ 141,0 em 2023. O estado do Pará apresentou aumento de R\$ 40,0 em 2019 para R\$ 71,0 em 2023, com elevação constante a partir de

2021 (Gráfico 21).

Os dados mostram que Bom Jesus manteve um esforço consistente e crescente na alocação de recursos nessas áreas, superando tanto a média regional quanto a estadual durante todo o período. A trajetória da RI Carajás também foi positiva, mas com oscilação recente. O desempenho estadual, embora com menor intensidade, indica uma priorização crescente dessas políticas públicas em toda a região (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

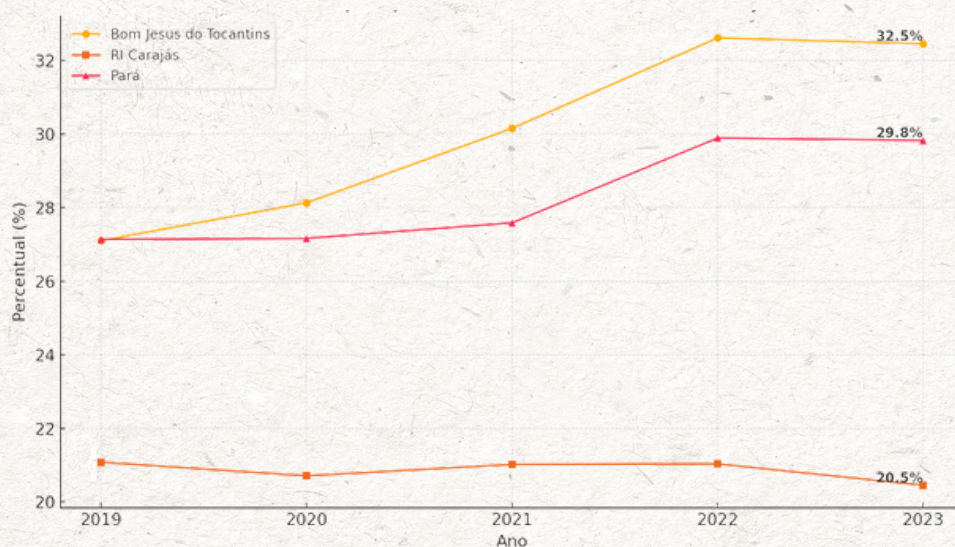


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Bom Jesus do Tocantins, a proporção de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo aumentou de 27,2% em 2019 para 32,5% em 2022 e 2023. A RI Carajás manteve patamar mais baixo e estável, variando entre 21,3% e 20,5% ao longo do período. O estado do Pará também apresentou crescimento: de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

A elevação contínua no município reflete uma piora nas condições de coleta e destinação de resíduos para populações vulneráveis. Em contraste, a RI Carajás manteve o menor índice e maior estabilidade, sugerindo serviços mais regulares. O dado estadual reflete tendência semelhante à de Bom Jesus, ainda que em menor magnitude, apontando um desafio persistente de acesso à coleta regular para os mais pobres (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

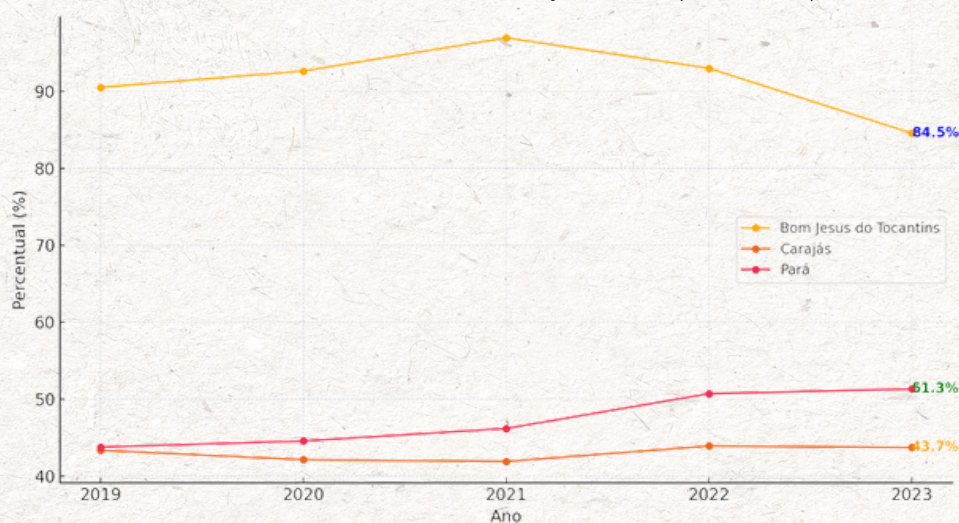
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Bom Jesus do Tocantins, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar cresceu de 90,6% em 2019 para 96,4% em 2021, reduzindo-se nos dois anos seguintes e chegando a 84,5% em 2023. Na RI Carajás, os índices foram estáveis entre 2019 e 2021 (em torno de 42%), com aumento para 43,7% em 2023. Já o estado do Pará iniciou em 43,6% e apresentou aumento contínuo, atingindo 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

Os valores demonstram que Bom Jesus enfrenta uma situação crítica de saneamento básico entre os mais pobres, mesmo com a recente melhora. Ainda assim, mais de 8 em cada 10 pessoas nessa faixa utilizam fossas rudimentares. A RI Carajás e o estado mantêm patamares inferiores, mas com tendência de crescimento preocupante, indicando insuficiência nas políticas públicas de saneamento voltadas à população vulnerável (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

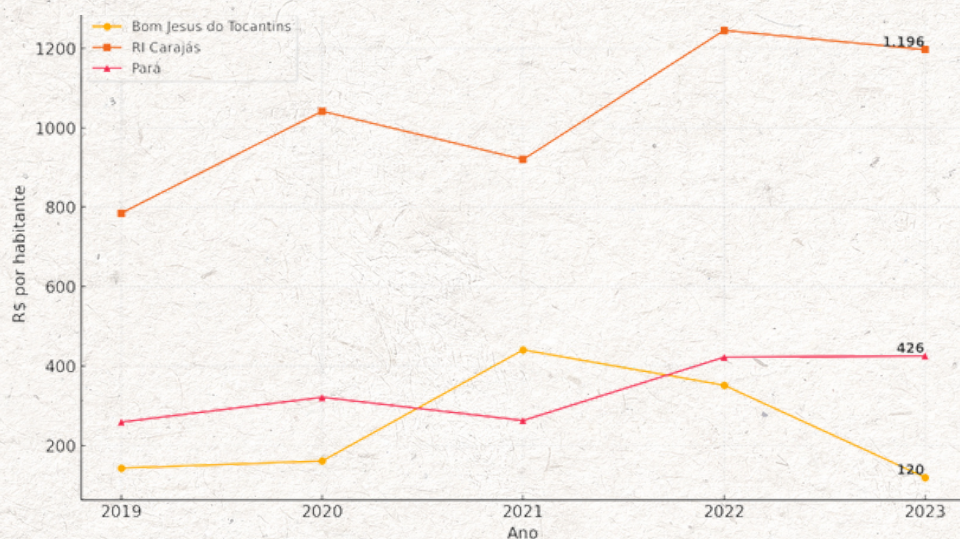


Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Bom Jesus do Tocantins, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 145 em 2019, subiram ligeiramente para R\$ 161 em 2020 e atingiram o pico de R\$ 440 em 2021. A partir daí, houve queda para R\$ 353 em 2022 e um recuo mais acentuado para R\$ 120 em 2023. A RI Carajás manteve valores muito superiores durante todo o período, crescendo de R\$ 784 em 2019 para R\$ 1.196 em 2023. Já o estado do Pará aumentou de R\$ 262 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com trajetória de crescimento constante a partir de 2021 (Gráfico 24).

O município apresentou uma variação significativa, mas sem sustentação no longo prazo, encerrando 2023 com o menor valor da série. Em contrapartida, a RI Carajás e o estado do Pará apresentaram esforços mais robustos e consistentes na área, especialmente nos últimos anos. Isso evidencia uma assimetria importante na destinação de recursos voltados à prevenção de desastres, com Bom Jesus ficando cada vez mais distante da média regional e estadual (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 120/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

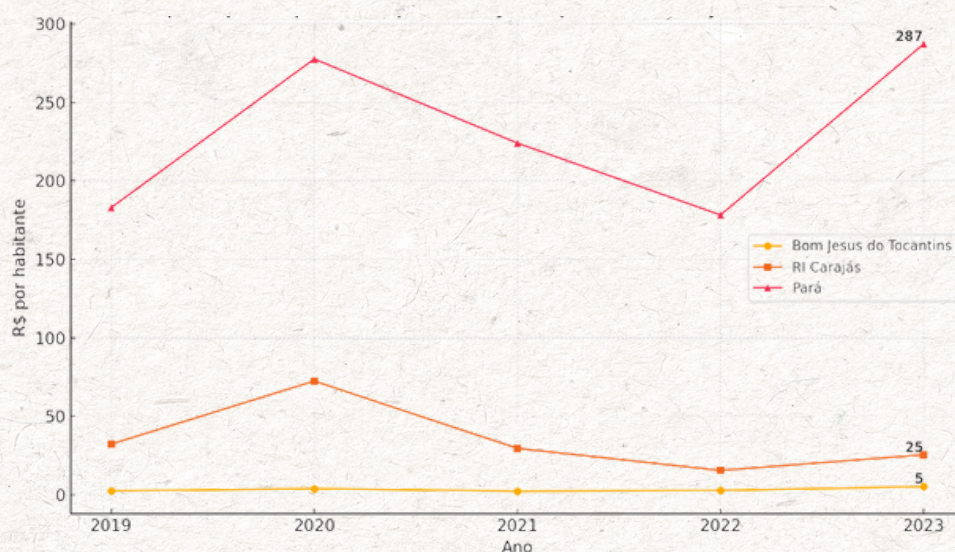
Bom Jesus do Tocantins manteve valores extremamente baixos em todos os anos, oscilando de R\$ 2 em 2019, 2021 e 2022, até atingir R\$ 5 em 2023, seu maior valor no período. A RI Carajás variou entre R\$ 33 em 2019 e R\$ 25 em 2023, com pico de R\$ 73 em 2020. O estado do Pará teve desempenho expressivo, começando com R\$ 183 em 2019, atingindo R\$ 279 em 2020, e encerrando em R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

A discrepância entre o município e os demais níveis evidencia um desinvestimento crônico de Bom Jesus na área de preservação aquática. Enquanto Pará e RI Carajás demonstram preocupação crescente com a proteção de recursos hídricos, o município praticamente se manteve inativo nesse aspecto, o que pode impactar negativamente a sustentabilidade ambiental local e o equilíbrio ecológico das bacias hidrográficas da região (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 5/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

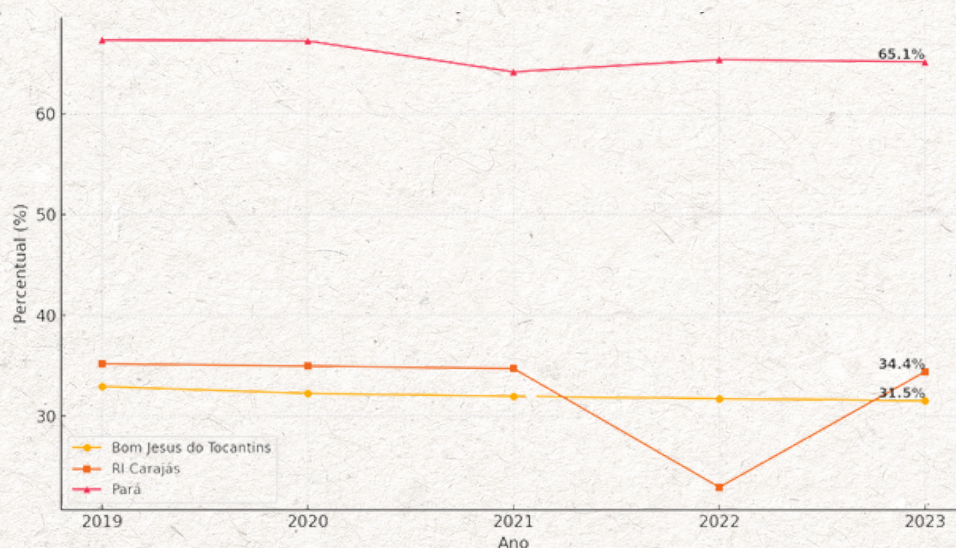
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O percentual da área de floresta em Bom Jesus do Tocantins manteve estabilidade relativa entre 2019 (33,0%) e 2022 (31,6%), com pequena recuperação para 31,5% em 2023. A RI Carajás apresentou leve declínio de 35,1% em 2019 para 34,4% em 2023, com forte queda em 2022 (23,0%), que pode indicar uma anomalia pontual ou revisão metodológica. O estado do Pará manteve-se em patamares elevados, embora com leve queda: de 66,9% em 2019 para 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

Apesar da estabilidade em Bom Jesus, o baixo percentual florestal preocupa, especialmente quando comparado aos índices estaduais. A forte oscilação em 2022 na RI Carajás compromete a consistência da série, mas no geral também indica perda relativa. O estado do Pará, embora ainda majoritariamente florestado, apresenta queda lenta, exigindo atenção sobre o avanço do desmatamento e a efetividade das políticas de conservação florestal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

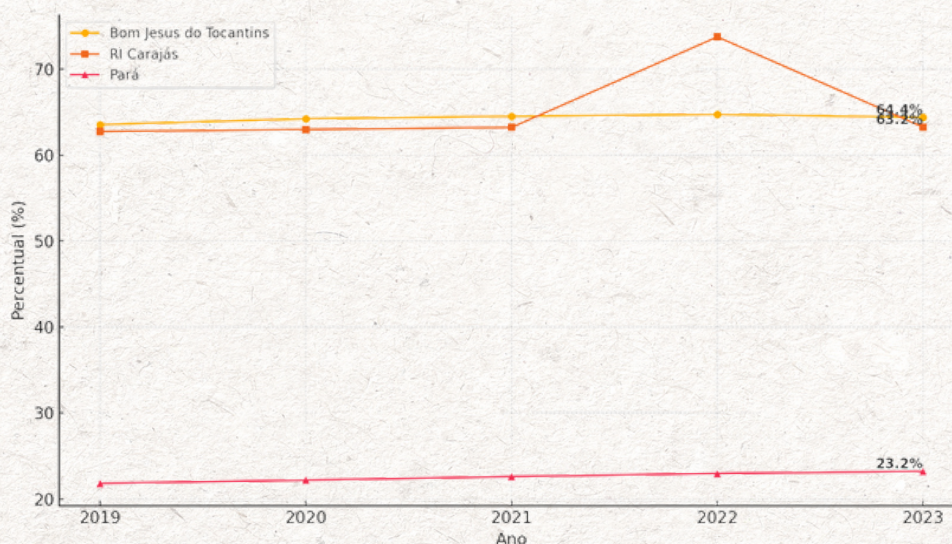
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Bom Jesus do Tocantins, a área desmatada variou de 63,2% em 2019 para 64,4% em 2023, atingindo o pico de 64,9% em 2022. Já a RI Carajás mostrou maior instabilidade: partiu de 62,9% em 2019, manteve-se constante até 2021 e saltou para 74,0% em 2022, antes de cair para 63,2% em 2023. O estado do Pará teve o menor percentual da série, com crescimento moderado: de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

Os dados revelam que Bom Jesus possui índices extremamente altos de desmatamento acumulado, muito acima da média estadual. A RI Carajás também enfrentou um aumento expressivo em 2022, mas retornou a níveis anteriores. Já o estado como um todo permanece em situação comparativamente mais equilibrada. O contraste entre as esferas territoriais reforça a urgência de ações específicas para mitigação da degradação ambiental em municípios como Bom Jesus (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

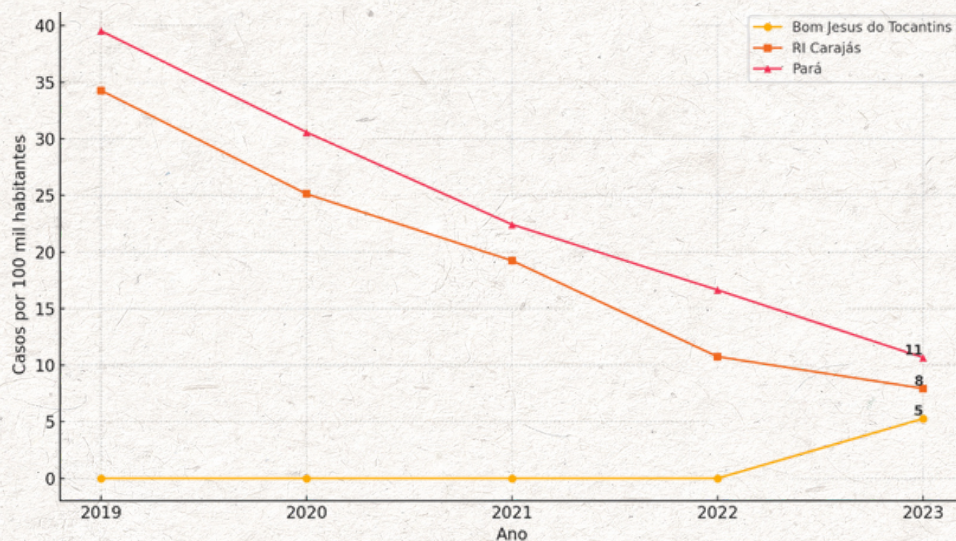
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Bom Jesus do Tocantins, o indicador de trabalho infantil manteve-se zerado entre 2019 e 2022, registrando apenas em 2023 uma taxa de 5 casos por 100 mil habitantes. Já a Região de Integração Carajás apresentou uma queda consistente durante o período: partiu de 34,3 em 2019, caiu para 25,3 em 2020, 19,2 em 2021, 10,8 em 2022, chegando a 8,1 em 2023. O estado do Pará acompanhou a tendência de queda, iniciando em 39,4 casos em 2019 e reduzindo gradualmente até atingir 11,2 em 2023 (Gráfico 28).

Apesar de Bom Jesus registrar valores nulos por quatro anos, o surgimento de registros em 2023 pode indicar mudanças na notificação ou ocorrência pontual. Já a queda acentuada nas esferas estadual e regional revela o efeito de políticas públicas, fiscalização e ações sociais direcionadas ao combate do trabalho infantil. O município ainda apresenta o menor valor absoluto em 2023, mas é importante acompanhar se o número tende a crescer ou se estabiliza novamente (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

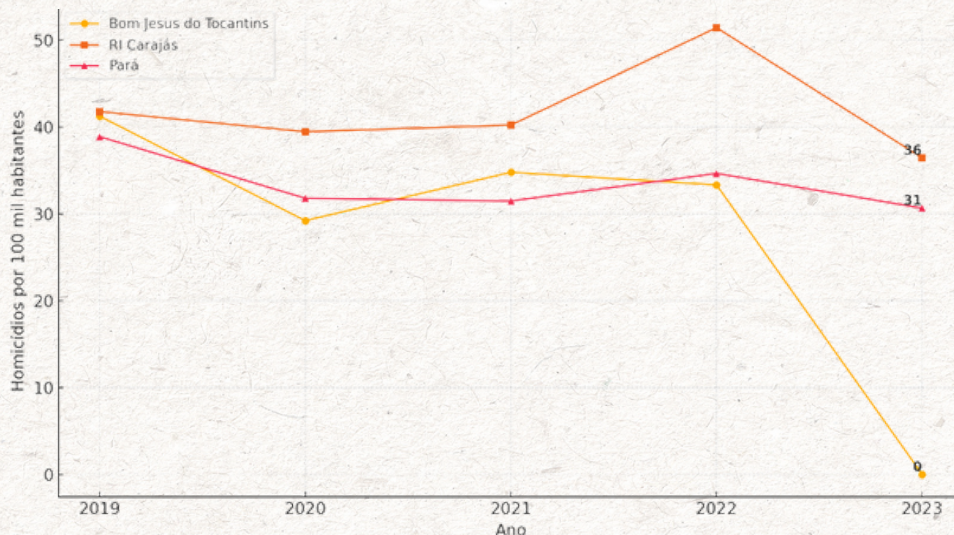
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Bom Jesus do Tocantins variou significativamente ao longo dos anos. Em 2019, o município registrava 41,0 homicídios por 100 mil habitantes, caindo para 29,3 em 2020. Em seguida, houve um aumento para 34,8 em 2021 e uma leve queda para 33,5 em 2022. Já em 2023, o município atingiu o melhor desempenho da série, com taxa zerada (0,0). A RI Carajás iniciou em 41,9, manteve-se relativamente estável entre 2020 e 2021 (39,3 e 40,2), atingiu o pico de 51,6 em 2022 e recuou para 36,2 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve-se mais estável e abaixo dos demais níveis, oscilando entre

38,8 em 2019 e 31,0 em 2023 (Gráfico 29).

A expressiva queda registrada em 2023 em Bom Jesus do Tocantins representa uma conquista pontual importante, especialmente quando comparada ao comportamento oscilante e elevado da taxa nos anos anteriores. Enquanto isso, a RI Carajás ainda enfrenta altos níveis de violência letal, com flutuações preocupantes, e o estado do Pará demonstra relativa estabilidade em patamares médios. O desempenho de Bom Jesus em 2023 destaca-se positivamente, mas exige cautela quanto à sua sustentabilidade nos próximos anos (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



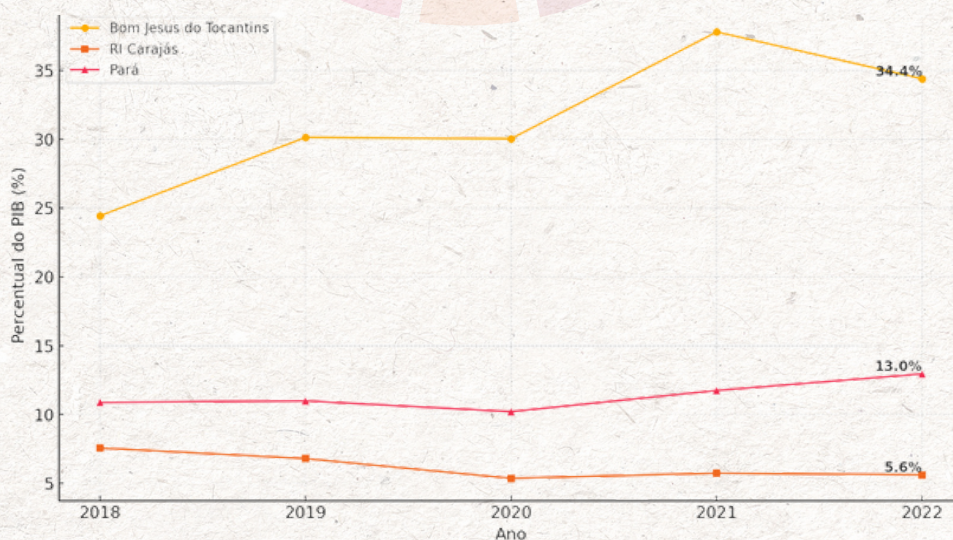
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Bom Jesus do Tocantins, o gasto público municipal como proporção do PIB apresentou trajetória de crescimento entre 2018 e 2021, partindo de 24,5% e atingindo o pico de 37,8% em 2021. Em 2022, houve uma leve redução, com o percentual fixado em 34,4%, ainda mantendo-se em patamar elevado. Já a Região de Integração Carajás apresentou valores significativamente menores e em declínio: caiu de 7,7% em 2018 para 5,6% em 2022. O estado do Pará oscilou levemente, partindo de 10,8% em 2018, atingindo o menor valor de 10,1% em

2020, e encerrando com 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Essa evolução mostra que Bom Jesus do Tocantins tem investido uma parcela expressiva de seu PIB em gastos públicos locais, superando com folga os percentuais da RI e do estado. Isso pode indicar forte presença do setor público na economia municipal ou baixa geração de PIB local, fazendo com que o peso relativo do gasto público se eleve. Já a estabilidade do Pará e a queda da RI Carajás sugerem contenção ou maior equilíbrio orçamentário nesses territórios (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

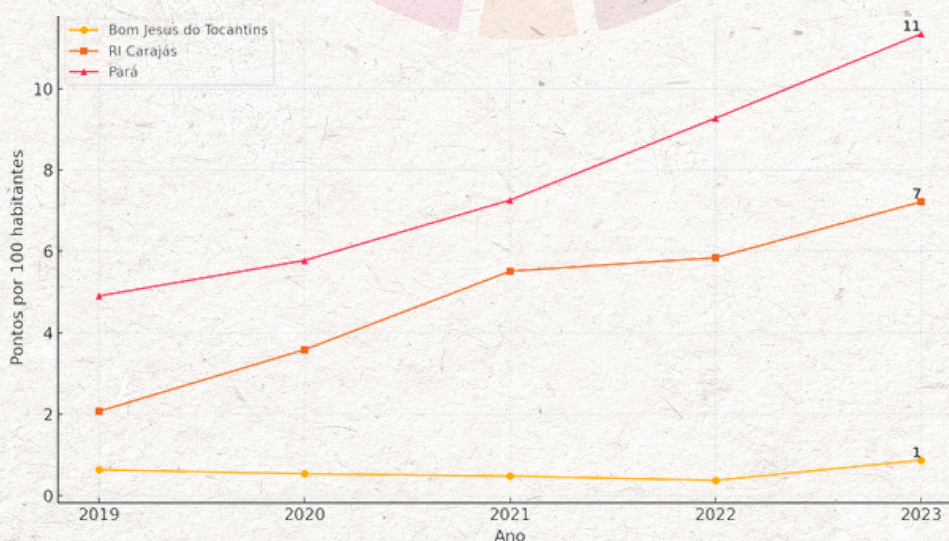
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

O município de Bom Jesus do Tocantins apresentou baixíssima taxa de acesso à banda larga fixa ao longo do período analisado, iniciando em 0,6 ponto por 100 habitantes em 2019, mantendo-se abaixo de 1 até 2022, e alcançando apenas 1,0 ponto em 2023. A RI Carajás demonstrou avanço expressivo, partindo de 2,1 em 2019 e atingindo 7,0 pontos em 2023. O estado do Pará mostrou desempenho ainda mais consistente: começou em 4,9 em 2019 e chegou a 11,0 pontos em 2023, mais que dobrando sua

taxa (Gráfico 31).

A disparidade entre os níveis territoriais é marcante. Enquanto o estado e a região avançaram em conectividade fixa, o município praticamente estagnou por quatro anos, com leve melhora apenas no final da série. A baixa taxa de acesso à banda larga em Bom Jesus evidencia um gargalo importante na infraestrutura digital, com possíveis implicações para a inclusão digital, educação e desenvolvimento econômico local (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

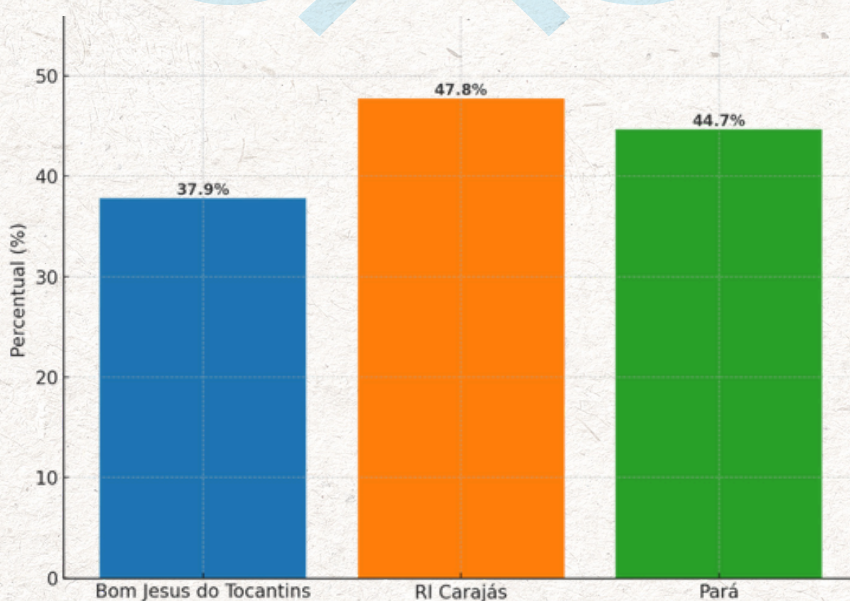
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Bom Jesus do Tocantins** registrou um IDS de **37,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Bom Jesus do Tocantins x RI Carajás x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



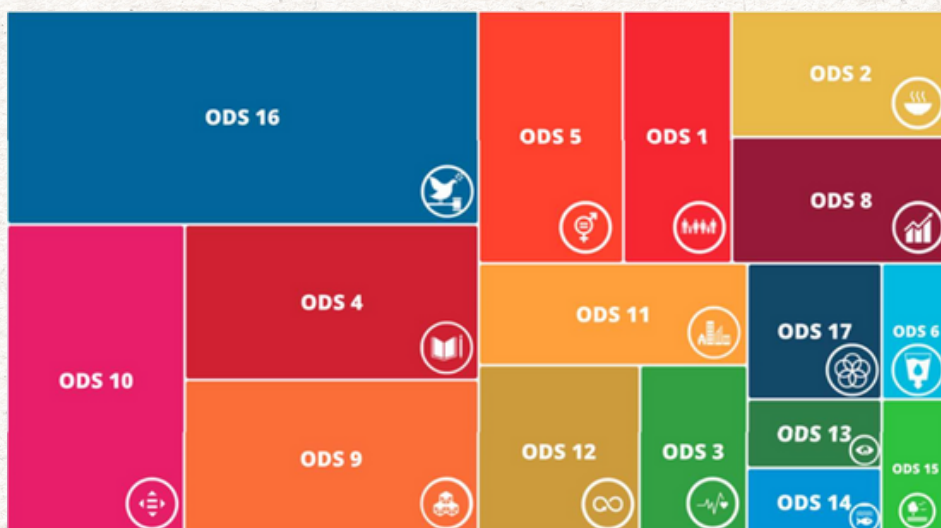
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Bom Jesus do Tocantins na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Bom Jesus do Tocantins e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

